

O alçamento das vogais médias pretônicas e o conceito de léxico com armazenamento exemplar

Maria do Carmo Viegas
Universidade Federal de Minas Gerais

Abstract

The main purpose of this paper is to make evident that many lexical items of the portuguese language cannot be seen as exceptions to the pretonic mid vowels raising rules as they have been considered, and that lexical diffusion is not lexical analogy.

Este trabalho se baseia na análise dos dados levantados em duas áreas da região metropolitana de Belo Horizonte diferenciadas socioeconomicamente (VIEGAS, 1987) e na análise histórica, feita em Viegas (2001), de diversos itens lexicais em textos portugueses dos séculos XII a XIV, em textos portugueses do século XVI¹ e em dicionários (BLUTEAU, 1712-1721; COROMINAS, 1954-1957; CUNHA, 1982; FERREIRA, 1975).

Em Viegas (1987), além de uma proposta de diferentes regras de alçamento, ou elevação do traço de altura, das vogais médias pretônicas (minino, cunversa etc.), uma regra para o /e/ – harmonização vocálica favorecida pela vogal alta seguinte – e outra para o /o/ – redução favorecida pelas consoantes adjacentes –, mostro que há evidências de uma atuação lexical relacionada ao alçamento. Encontrei essa relação evidenciada em formas como *Peru* e *piru*, entre outras. Nesse par, temos, hoje, itens com significados diferentes, um item alçado e outro não, mas que tiveram origem no mesmo item (*piru* veio do topônimo *Peru*, segundo CUNHA, 1982). Se observarmos alguns itens, veremos que o item alçado é aquele cujo uso normalmente é feito em situações mais familiares (menos marcadas) ou em situações menos prestigiadas (*piru* também é considerado um item chulo). Assim, nas formas em que a vogal média está em oposição distintiva em relação à vogal alta, aqueles itens que têm um uso considerado menos prestigiado ou aqueles itens mais familiares alçam (*purção*, com o significado de “muita quantidade”, traz o rótulo brasileiro) e aqueles cujo uso é socialmente considerado mais prestigiado ou mais marcado com o prestígio não alçam (*porção* é usado, especialmente, em restaurantes, ou ambientes marcados (MILROY, L., 1987), e *Peru* é inclusive escrito com letra maiúscula).

Viegas (1987) é um trabalho que reconhece a implementação das regras² como um processo lexicalmente gradual. No entanto, maiores estudos fizeram-se necessários para entendermos melhor o processamento do alçamento, já que foram propostas regras de descrição do processo, mas com implementação lexicalmente gradual.

O primeiro passo para melhor entendermos o alçamento foi analisarmos a história de alguns itens. Nessa análise ficou constatado que alguns itens considerados como atingidos pelo processo denominado alçamento talvez não deveriam estar aí incluídos (VIEGAS, 2001). Os itens que chegaram até nós por meio de outras línguas que não o latim podem, muitas vezes, ter vindo com a vogal já alta. Assim, *tupete*, *ciroulas*, *supapo*, *tumate*, *algudão*, *almufada*, *bulinar*, *buneca*, *bunito*, *butão*, *mulambo*, *muleke*, *muqueca* e outros foram separados da amostragem dessa análise. Essa é uma possibilidade que observamos hoje com os itens *taliban* (muitas vezes escrito *taleban*) e *i-mail* (escrito *e-mail*). Nesses casos, a grafia de e e o não corresponde geralmente à pronúncia de vogal média e não há motivo para se falar em alçamento.

Separei também os itens que vieram de uma vogal alta latina e cuja pronúncia com vogal alta foi detectada ou depreendida muito cedo no português:

murcego < do a. port. mur (séc. XIII), rato, + cego.

assubiar < séc. XIV, assuuyar (do lat. adsibilare)

bizerro < do lat. hisp. *ibicerra, *ibicirra

gingiva < do lat. gingiua

governo < do lat. vulgar guuernare

mosquito < do lat. musca

truvão < do lat. vulg. turbo, - onis

pequeno < do lat. vulg. pitinnu - séc. XIII

assoc. a uma base expressiva pikk = 'pequenez'

etc.

Esses itens também devem ser analisados separadamente, assim como os prováveis nivelamentos analógicos (*milhor* e *pior*;

simestre e bimestre). Nesses itens, caso haja variação, creio que devemos falar em “medialização”.

Obviamente temos um problema metodológico se depreendermos sons de formas escritas na análise. Assim, se temos a vogal alta na escrita em determinada época, pressupomos que, pelo menos em uma variante, tivemos a pronúncia de vogal alta; já se temos a vogal média na escrita em determinada época, podíamos, ou não, ter a pronúncia de vogal alta em pelo menos uma variante, ou seja, o grau de incerteza é maior.

Tomo, então, a escrita como reveladora da pronúncia, pelo menos no período chamado de ortografia fonética (dos primeiros documentos até o século XVI). O certo é que, se existe um período ortográfico que pode nos dar pistas sobre a pronúncia das palavras, este é o chamado período fonético, posto que as convenções ortográficas não estavam bem estabelecidas.

Segundo Naro (1973: 28):

Em suma, há duas tendências evidentes. Até Barreto (1671) o sistema ortográfico não apresentava nenhum problema pois não havia uma separação notável entre a ortografia e o uso da língua falada. Até o tempo de Feijó (1739), a confusão era tão grande que medidas normativas se fizeram necessárias. Mais ou menos na metade entre os dois extremos opostos (1696), a máxima de Quintiliano [‘sic scribendum quomodo sonat.’] foi apropriadamente suprimida e até recentemente não se permitiu que ressurgisse.

A análise histórica que ora faço, depreendendo sons da grafia, combinada com as análises feitas por estudiosos da história da língua e com a análise dos sons tal qual eles se apresentam hoje forma um quadro que se sustenta mais firmemente.

A interpretação que dou neste trabalho é uma versão com um menor número de “exceções”, pois estou separando os empréstimos e os itens que, provavelmente, já foram incorporados com a vogal alta. À primeira vista, os dados talvez se encaixassem numa análise do tipo feito em Kiparsky (1995), mas, diferentemente desse autor, encontro subsídios para afirmar que difusão lexical não é analogia lexical, conforme veremos a seguir.

Vamos então à análise histórica dos itens:

e: Itens alçados (sem os empréstimos) – século XIII.³

Empréstimo: origem não latina

- | | |
|---------------------------------|-------------------------------------|
| 1) aparecia, aparecimento (XV) | 2) apelido, apelidar (XIV) |
| 3) aprendi | 4) arcebispo (l. ecles.) |
| 5) cemitério, cymiteiro | 6) conhecia, connocer (XIII) |
| 7) consentir, consintidor (XIV) | 8) dependurar, dependorar, pendurar |
| 9) derrubar, derrubar | 10) devia |
| 11) ferir | 12) fervido |
| 13) gengibre, gingibre (XV) | 14) jejum, jajun |
| 15) medida, midida | 16) mentir |
| 17) messias | 18) nenhun, nengun, nigu (XIV) |
| 19) oferecido | 20) pedir, pitiçon (XIII) |
| 21) pendurar, pendorar | 22) penitência |
| 23) percebido | 24) perigo |
| 25) pertencia | 26) peru (do topônimo) |
| 27) preguiça, priguixa (XIV) | 28) prendi |
| 29) recebi, recybymento | 30) revelia |
| 31) seguir | 32) segundo |
| 33) segurar | 34) sentir |
| 35) servir | 36) testemunho, testimoyo |
| 37) tremido | 38) vencido |
| 39) vendido | 40) vestir |

e: Itens alçados (sem empréstimos) – século XIV:

- | | |
|----------------------------|----------------|
| 1) abreviar, abriviar (XV) | 2) agradescido |
| 3) bexiga (vexiga) | 4) defunto |
| 5) desistir | 6) feliz |
| 7) perseguir, persiguir | 8) repetir |
| 9) verruga (berruga) | |

e: Itens alçados (sem empréstimos) – século XV:

- | | |
|------------------------------|---------------------|
| 1) arripiar, arripiado (XVI) | 2) digerir, digirir |
| 3) impedir | 4) intestino |
| 5) mexido | 6) veludo |

e: Itens alçados (sem empréstimos) – século XVI:

- | | |
|--------------|---------------|
| 1) acreditar | 2) cerzir |
| 3) conseguir | 4) inferir |
| 5) mexerica | 6) ofendido |
| 7) precisa | 8) pressentir |
| 9) querido | 10) seringa |

e: itens alçados (sem empréstimos) – século XVII:

- | | |
|--------------|-------------|
| 1) aperitivo | 2) preferir |
| 3) relinchar | |

e: Itens alçados (sem empréstimos) – século XVIII:

- | | |
|--------------|------------|
| 1) exigência | 2) existir |
| 3) peludo | 4) pepino |

e: itens alçados (sem empréstimos) – século XIX:

- | | |
|-------------|-------------|
| 1) agredir | 2) apreciar |
| 3) beliscar | 4) besuntar |
| 1) decidir | 6) existir |
| 7) impetigo | 8) penico |

Observando os dados, podemos concluir que o ambiente vogal alta seguinte foi bastante favorecedor ao alçamento do item. Passemos, pois, ao estudo das listas dos itens não alçados e que possuíam ambiente de vogal alta seguinte.

e: Itens com ambiente de vogal alta seguinte, não alçados e separados por séculos (sem os empréstimos)
Empréstimo: origem não latina

Séc. XIII

- 1) perdiz
- 2) petição, piticon

Séc. XIV

- 1) cerviz

Séc. XV

- 1) cenáculo

Séc. XVI

- | | |
|--------------|---------------|
| 1) averiguar | 2) cerúleo |
| 3) crepitar | 4) crepúsculo |
| 5) crespidão | 6) perícia |
| 7) Netuno | |

Séc. XVII

- 1) assentir
- 2) atenuar
- 3) cernir
- 4) clandestino

Séc. XVIII

(não há registro na amostragem)

Séc. XIX

- 1) celícola

Séc. XX

(não há registro na amostragem)

Observamos que o número de itens não alçados e com ambiente para tal não é grande, indicando que o processo de harmonização vocálica não é tão “excepcional” como afirma Teyssier (1997: 101).⁴ O processo só não foi/é uniforme, ou abrupto em termos lexicais, foi/é lexicalmente gradual.

Os itens que chamamos populares, do dia-a-dia, são os primeiros itens a serem alçados, indicando que os primeiros itens a se submeterem a processos como o alçamento são, na maioria, os itens adquiridos no meio familiar, em oposição aos aprendidos e objeto de instrução.⁵

Assim, ao que parece, a vogal e passou a i, através de um processo inicial de harmonização vocálica, atingindo o léxico item a item, ou grupos de itens a grupos de itens; posteriormente, então, houve a redução do i, em Portugal.

O processo de harmonia vocálica não é excepcional, ele é *lexical*. Os itens não alçados são, em geral, mais formais, mais especializados, mais eruditos.

É interessante notarmos que temos itens, com o primeiro registro nos séculos XIII a XVII, que possuem ambiente para o alçamento (*perdiz, cerviz, crepúsculo, Netuno*, etc.) e que não foram registrados alçados, enquanto outros, nessas condições descritas, foram registrados alçados (*cimitério, medida, ninbum*, etc.), mostrando-nos a atuação lexical.

Assim como foi feito para o e, separamos os empréstimos e avaliamos a possibilidade de muitos itens terem o o somente na grafia e há muito terem a pronúncia [u] em pelo menos uma variedade do português, que acabou constituindo a variedade por nós estudada. Uma possibilidade explicativa da análise é que alguns itens que vieram de vogal alta (*gurdura, murcego, mosquito*, etc.) e que tiveram um registro com vogal alta no português do Brasil recém descoberto têm a pronúncia de vogal alta hoje com base na pronúncia daquela época. Mas, no caso do o, a elevação da vogal média, tendo em vista o ambiente de harmonização vocálica, precisa ser considerada anteriormente, no latim, ou na sua passagem para o português, para que tenhamos maior sistematicidade. Mesmo assim, o número de exceções a uma possível regra de harmonização vocálica é muito maior do que no caso do e. Teremos que nos esforçar muito mais se quisermos diminuir o número de exceções e, ainda assim, o número de exceções é grande.

Temos alçados *budega, chucalho, cumer, cumpadre, cunsertar, custela, custeleta, encumendar e tulerar*. E os itens *culher* (s.) e *colher* (v.)? Mais uma vez temos evidências de que estamos diante de um processo de difusão lexical, pois o processo atinge alguns itens e não atinge outros.

A extrapolação do ambiente vogal alta seguinte (*budega, bucejar, apudrecer*, etc.) é evidente. Então poderíamos pensar que o ambiente favorecedor talvez fosse outro. Qual? Consoantes adjacentes? Temos vários itens com a mesma consoante precedente, alçados e não-alçados (*cunsertar, cumer, custela, coligir, comício, contusão*, etc.).

Se compararmos alguns itens com o primeiro registro no século XIII e que *não* alçam (*apostila, coluna, condição, confirmar*,

consentir, etc.) com outros alçados e com primeiro registro no século XIII (*acumpanbar*, *acustumar*, *adurmecer*, *apudrecer*, *apruveitar*, *furmiga*, etc.), observamos que, de modo geral, são os itens passados de geração a geração no meio familiar os primeiros a serem alçados.

Há uma extrapolação do ambiente considerado favorecedor ao processo e há itens com ambiente favorecedor que não alçam, conforme analisamos. Isto é verdadeiro particularmente no caso do /o/. Ao que parece, o /o/ teve o seu processo extrapolando os ambientes favorecedores antes do /e/. Então a transformação do [o] em [u] foi atingindo o léxico gradualmente, até se completar em Portugal, mas não no Brasil.

Por volta de 1800, a transformação [o] em [u] está consumada. (TEYSSIER, 1997:75)

Como seria possível explicar as exceções hoje e, principalmente, nos primeiros séculos do processo, se não houvesse aí uma questão lexical atuando? Alguém poderia dizer: aqueles itens foram todos alçados (*perdiz*, *crepúsculo*, *apostila*, *covil*, etc.), todos atingidos pelo processo, mas a grafia não revela isto. Essa afirmação é difícil de ser sustentada pois:

- 1º) – os estudos da língua não mostram que o processo tenha atingido todo o léxico inicialmente; ao contrário, a variação existente na escrita indica que talvez o processo tenha sido lexicalmente gradual (pela grafia de vogal alta em *alguns* itens,⁶ mas não em todos) e também foneticamente gradual (pela confusão da grafia, ora alta ora média, em um mesmo item, no mesmo texto);⁷
- 2º) – o português do Brasil – tomado como uma etapa do português de Portugal – é mais um indício de que o léxico não foi atingido abruptamente, pois aqui, como já foi mencionado, alguns itens alçam, outros não.

Como pudemos observar, os primeiros itens a se submeterem ao processo foram os populares do “patrimônio hereditário” (terminologia de Teyssier). O desprestígio dos portugueses no Brasil,

assim como o desprestígio do alçamento, era evidente como nos disse Naro (1973).⁸ Ao passo que as palavras eruditas (objeto de instrução) constituem valores, prestígio, e desfavorecem o processo de alçamento. Assim, a lista do alçamento decresce com o tempo, com o aumento dos empréstimos e com o fortalecimento da escrita. A lista do não-alçamento cresce com o tempo. Uma possibilidade interpretativa é que a mistura de dialetos acirra o estigma e desperta um certo grau de consciência do estigma do alçamento, que estava vinculado aos grupos do início da colonização, e que se perpetuou até os dias de hoje. Identifico uma segunda etapa do processo de alçamento, produtiva ainda hoje, que está vinculada a um uso jocoso e pejorativo (piscucinho, litrinha etc.).

É interessante observarmos que estamos fazendo uma análise da região de Belo Horizonte e uma possibilidade explicativa é que o alçamento não tenha acontecido dessa maneira em outras regiões em que não houve uma marcação de estigma para o alçamento, o qual, então, propagou-se para outros itens, inclusive empréstimos. Em algumas regiões, o alçamento pode ter atingido muitos itens do léxico e em outras não tantos, dependendo da formação dos grupos sociais, da época da formação e do grau de estigma e marcação que os grupos que se estabeleceram nessas regiões tenham atribuído ao alçamento.

Podemos ver que, mesmo nesta análise em que separo os estrangeirismos e os itens que já foram incorporados ao léxico português com a vogal alta, evidencia-se a *implementação lexical*. Isto não implica dizer que não houve ou não há ambientes favorecedores.

Labov (1994) se utiliza da teoria da Fonologia Lexical (FL) para a explicação dos processos de mudança. Teoria essa (FL) que postula dois tipos de regras, lexicais e pós-lexicais. O alçamento (“*vowel shifts in place of articulation*”) estaria enquadrado como um processo de mudança sonora regular (oposto à difusão lexical) e, segundo Labov, seria descrito por uma regra pós-lexical.

No caso do alçamento de vogais médias pretônicas no dialeto da região de Belo Horizonte, hoje, se formos estabelecer regras, essas

parecem ter exceções (*murango, simestre*), parecem ser sensíveis à fronteira de morfema (*renascimento, co-autor*), parecem ser cíclicas (*cunhicia, piquinininho*), ou seja, têm características das regras lexicais.

Tivemos um processo de harmonização vocálica (regra lexical, segundo LEE, 1995: 2), nitidamente marcado no caso do /e/, e um processo de neutralização (regra pós-lexical, conforme LEE, 1995: 2), que se desenvolveu notadamente em Portugal. No caso do /o/, o processo de neutralização atingiu maior número de itens do que no caso do /e/, na região de B.H. Hoje temos, ainda, um processo produtivo associado ao uso pejorativo do diminutivo –inho.

Argumenta Labov (1994:542) que:

Regular sound change is the result of a gradual transformation of a single phonetic feature of a phoneme in a continuous phonetic space. It is characteristic of the initial stages of a change that develops within a linguistic system, without lexical or grammatical conditioning or any degree of social awareness ('change from below').

Lexical diffusion is the result of the abrupt substitution of one phoneme for another in words that contain that phoneme. The older and newer forms of the word will usually differ by several phonetic features. This process is most characteristic of the late stages of an internal change that has been differentiated by lexical and grammatical conditioning or has developed a high degree of social awareness or of borrowings from other systems ('change from above'). (Grifo meu)

Diferentemente de Labov, penso que o modelo neogramático e o difusionista não diferem na questão da regularidade. Eles diferem na maneira como as exceções são tratadas nos dois modelos (WANG e LIEN, 1993: 348).

Labov (1994) coloca as regras lexicais como foneticamente abruptas – a forma nova e a forma antiga diferindo em vários traços fonéticos – numa fase tardia de um processo. Nem sempre o processo com implementação lexical é foneticamente abrupto, como já diziam Wang e Lien (1993: 348) e como parece ter sido o caso do alçamento. E nem sempre o processo com implementação lexical é tardio. Observamos que também nos estágios iniciais do processo de alçamento, assim como nas etapas tardias, a implementação é

lexical, conforme os estudos históricos aqui realizados. Em todas as etapas, existem itens que escapam à sistematização: não foram encontrados alçados quando teriam ambiente para tal (*covil*, por exemplo). Assim, se o alçamento pode ser descrito por uma regra “pós-lexical”, as regras “pós-lexicais” poderiam ter implementação lexical (o que inviabiliza o modelo).

Kiparsky (1995) critica a caracterização do número de traços fonéticos para a diferenciação das regras propostas por Labov (1994). Na reformulação de Kiparsky (1995), o processo de alçamento também não se enquadra. Argumenta o autor que a difusão lexical se comporta em todo aspecto como a analogia lexical. Esse seria um processo foneticamente abrupto, o que, mais uma vez, não se enquadra nas descrições históricas do fenômeno do alçamento, pois o processo de alçamento parece ter sido foneticamente gradual de acordo com Naro (1973: 14, já citado) e Teyssier (1997) e, portanto, não seria de se esperar que fosse implementado por difusão lexical, se difusão lexical fosse analogia lexical. E, ainda, segundo Phillips (1998), não é de se esperar que encontremos processos analógicos nos itens familiares ou nos mais freqüentes, mas nos menos freqüentes ou menos familiares, ou seja, quando a memória falha.

Não encontrei evidências de a implementação lexical estar presente nas regras lexicais apenas, mas também nas “pós-lexicais”. Assim, concordo com Phillips (1984) quando afirma que a implementação das mudanças é sempre lexical. Atuando quer nas etapas iniciais de um processo, quer nas finais, quer em processos foneticamente graduais, quer em processos foneticamente abruptos, embora muitas vezes a mudança atinja todo o léxico não deixando vestígio da atuação lexical.

Labov (1994: 604) nos diz que a distinção entre possíveis homônimos (*Sentido!* x *sintido*; *purção* x *porção*; *Peru* x *piru*) ocorre para se evitarem os mal-entendidos. Para ele, esta distinção não poderia ser consciente porque essa escolha demandaria tempo, e a escolha entre um item e outro tem que ser rápida no momento da comunicação. No caso do alçamento, a distinção entre os homônimos não é aleatória, como era de se esperar se fosse só para se evitarem os mal-entendidos. Os itens alçados são sempre os menos prestigiados

e os não alçados são sempre os mais prestigiados, como vimos. Esta é uma marcação estabelecida socialmente. Se a distinção entre os homônimos não é consciente no momento da comunicação, isto não implica em não haver ou ter havido uma marcação determinada socialmente nos itens lexicais. No caso do alçamento, por exemplo, a opção pelo alçamento recai, sistematicamente, nos itens populares, de uso menos prestigiado. Há uma marcação social, estabelecida historicamente, que estigmatiza o processo de alçamento, e também há uma marcação nos itens *usados* em situações consideradas menos prestigiadas. E a escolha não consciente não implica em não passar sentidos já marcados historicamente.

É óbvio que não podemos dizer que o falante teve a *intenção* de marcar a palavra com o alçamento nas etapas do alçamento “*from below*”, ou abaixo do nível de conscientização, mas a marcação estabelecida socialmente existiu (itens familiares, primeiro), marcando uma identidade social. Já nas etapas “*from above*”, ou acima do nível de conscientização, a intenção de marcação é evidente (*piscucinho*, *litrinha*, etc.). Se fizermos coincidir “produzir *sentido*” com “*intenção* consciente”, estamos, por definição, excluindo os processos “*from below*”, já que eles estão abaixo do nível de conscientização. E, então, não podemos averiguar se forma é sentido para esse tipo de processo. Não devemos, pois, fazer coincidir “produzir *sentido*” com “*intenção* consciente”. Existe um sentido estabelecido socialmente, que é passado de geração a geração, e que não é necessariamente consciente.

Além disso, devemos ter bastante critério quando utilizarmos o “princípio uniformitário”, ou seja, “o uso do presente para explicar o passado”, pois as marcações do presente podem não ser exatamente as mesmas marcações estabelecidas em todo o processo. No passado, podemos ter julgamentos, valorizações sociais diferentes das marcações do presente. O princípio uniformitário se aplica à estrutura gramatical.

O alçamento se iniciou nos itens adquiridos, populares, cotidianos, menos marcados, posteriormente adquiriu certo grau de estigma social, e o processo passou a atuar nos itens mais pejorativos, palavrões, itens jocosos, irônicos.

É interessante observar aqui que recortes diferentes na amostragem dos dados podem nos levar a explicações diferentes do processo. Em Viegas (1987) temos uma amostragem baseada em dados colhidos em entrevistas gravadas em determinadas comunidades de fala e podemos observar alguma regularidade que subjaz ao processo, acrescida de exceções. Esta regularidade pode ficar comprometida ou tendenciada se o número de ocorrências de determinado item for muito grande.

A regra de harmonização proposta para o /e/ em Viegas (1987) parece se encaixar bem nos estudos históricos como uma tendência, ou, nos termos de Bybee (2001), um esquema que emerge do léxico. Já a regra proposta em Viegas (1987) para o /o/ – levantamento devido às consoantes adjacentes – é muito abrangente e dificilmente encontramos itens que aí não se enquadram, ou seja, atinge quase todo o léxico (como ocorreu em Portugal), esquema que aqui parece ter sido “barrado”.

Abauvre-Gnerre (1981) não dá ênfase, no caso de /e/, ao processo de harmonização vocálica, embora o processo de harmonização encontre confirmação nos estudos históricos. Na sua amostragem, a autora incluiu itens como pequeno e melhor (analisados separadamente aqui), conduzindo sua análise, tanto para o /o/, quanto para o /e/, para o levantamento devido às consoantes adjacentes.

Se analisássemos itens lexicais isolados, poderíamos dizer que a questão é puramente lexical, pois, se compararmos itens com ambientes semelhantes, um alça e o outro não. Oliveira (1991) inclui nos seus dados empréstimos que podem ter vindo com a vogal já alta, e não explica por que muitos itens comuns em estilo informal e sem ambiente favorecedor alçam e outros não.

Estamos vendo que a questão pode ser assim interpretada: existem ambientes favorecedores e restrições lexicais relacionadas ao grau de familiaridade do item e à valoração social do item em uso.

Oliveira (1992) faz a postulação do contexto fonético atuando “a posteriori”, como um fixador das mudanças. Segundo o autor, as mudanças que “vingam” seriam estabelecidas por relações harmônicas, que seriam processos como a assimilação. Relações desarmônicas,

como a dissimilação, não estariam previstas na sua formulação de um modelo de mudança.

A grande dificuldade foi encontrar um modelo que compatibilizasse a influência dos ambientes favorecedores e a implementação lexical para todo tipo de mudança. O modelo de léxico com armazenagem exemplar, proposto em Bybee (2001) e em texto inédito, parece enquadrar bem o processo de alçamento:

A literatura a respeito do efeito da frequência na difusão lexical mostra que até mesmo as mudanças foneticamente graduais, que são destinadas a serem lexicalmente regulares em muitos casos, mostram difusão lexical quando estão em progresso.

“Eu argumento que mudanças foneticamente condicionadas que afetam palavras com alta frequência antes das palavras com frequência baixa são melhor enquadradas em um modelo exemplar de representação fonológica que permite à mudança ser foneticamente e lexicalmente gradual.”

“Uma propriedade importante do modelo exemplar é a ênfase nas palavras como unidades de armazenamento.”

“... a mudança sonora ocorre em tempo real quando as palavras são usadas e seus efeitos são registrados na memória, produzindo uma mudança gradual nos itens lexicais baseada na experiência real do falante com os itens.” (BYBEE (inédito))⁹

Não observei a frequência dos itens, mas atribuí à familiaridade dos itens o poder de mudança. Fidelholtz (1975) atribui à alta frequência dos itens o favorecimento de mudanças do tipo do alçamento, mas explica que certos itens não muito frequentes podem ser atingidos pelo processo caso sejam itens familiares. Podemos observar hoje o favorecimento dos palavrões e xingamentos, talvez não tão frequentes, em processos como o de alçamento e como o de cancelamento do /d/ em gerúndios, por exemplo (Viegas, inédito). Existe, pois, uma questão da valoração social atuando na marcação dos itens, assim como a questão frequencial do item relacionada ao grupo social que está “levando” a mudança.

Desse modo, poderíamos até manter o fator regularidade dos neogramáticos como sendo consistente com um processo do tipo do

alçamento (pelo menos no caso do e), mas não o fato de a mudança atingir o léxico abruptamente, sem exceções. A mudança é lexical e não está condicionada por fatores fonéticos apenas.

Poderíamos perguntar: forma é sentido? Se entendermos sentido como “valor apreciativo” como em Bakhtin (1986), então, a resposta é afirmativa. Assim, forma é função. Função de marcar a identidade de um grupo social nas mudanças que se iniciam “*from below*” (nos termos de LABOV, 1994), principalmente nos grupos não prestigiados, e função de estabelecer marcação de prestígio ou de estigma nas mudanças mais marcadas que se iniciam “*from above*”.

A noção de que há uma “decadência lingüística”, vulgarmente associada à mudança lingüística, pode decorrer também da valoração social dada às mudanças que se iniciam “*from below*”, atingindo os itens familiares primeiro – os itens adquiridos (em oposição aos aprendidos).

Concluo, utilizando a terminologia de Labov (1994) para, de modo geral, esquematizar a implementação dos processos de mudança sonora, salientando que existe, na realidade, uma gradação entre processos “*from below*” e “*from above*”:

I - Processos que se iniciam “*from below*”:

ETAPAS INICIAIS: “intimidade”, familiaridade com os itens ou “não-marcas evidentes” nos itens familiares: *permitem* a atuação do processo até esse atingir os mais marcados.

ETAPAS POSTERIORES: a) marcas desprestigiosas: *motivam* a atuação do processo; (se o processo tornou-se b) marcas de prestígio: *inibem* a atuação do processo. estigmatizado (“*from above*”))

II – Processos prestigiados que se iniciam “*from above*”:

ETAPAS INICIAIS: a) marcas de prestígio: *motivam* a atuação do processo; b) marcas de desprestígio: *inibem* a atuação do processo.

ETAPAS POSTERIORES: “não-marcas evidentes” nos itens: *permitem* a atuação do processo, podendo até atingir os itens menos prestigiados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABAURRE-GNERRE, M. B. Processos fonológicos segmentais como índices de padrões diversos nos estilos formal e casual do Português do Brasil. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas: Universidade Estadual de Campinas, n. 2, p. 23-45, 1981.

BAKHTIN, M. (VOLOCHINOV). *Marxismo e filosofia da linguagem*. 3. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: HUCITEC, 1986.

BLUTEAU, D. R. de. *Vocabulario portuguez e latino*. Coimbra: Collegio das Artes da Cia de Jesu, (1712-1721). (8 volumes, 2 tomos cada).

BYBEE, J. Word frequency and context of use in the lexical diffusion of phonetically conditioned sound change, to appear in *Language Variation and Change*.

BYBEE, J. *Phonology and Language Use*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001

BYBEE, J. Regular Morphology and the Lexicon. *Language and cognitive processes*, U.K., Erlbaum, 10 (5), p. 425-455, 1995.

CARTAS do Brasil e mais Escritos do P. Manuel da Nóbrega – Introdução Novas Histórias e Críticas: Serafim Leite S. I. Belo Horizonte: Itatiaia, 2000. Edição fac-similar comemorativa dos 500 anos da Descoberta do Brasil (Coimbra por ordem da Universidade, 1955).

COROMINAS, J. *Dicionário Crítico etimológico de la lengua castellana*. Madrid, 1954-1957. 4 vols.

CUNHA, A. G. da. *Dicionário etimológico nova fronteira da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

FERREIRA, A. B. de H. *Novo Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FIDELHOLTZ, J. Word frequency and vowel reduction in English. *CLS* 11, p.200-213, 1975.

KATO, M. A. Aquisição e aprendizagem da língua materna: de um saber inconsciente para um saber metalingüístico. In: CABRAL, L.; MORAIS, J. (Org.). *Investigando a linguagem*. Ensaios em homenagem a Leonor Scliar Cabral. Florianópolis: Mulheres, 1999.

KIPARSKY, P. The Phonological Basis of Sound Change. In: *The Handbook of phonological theory*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.

LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: social factors*. Oxford: Black Well, 2001. Vol. 2.

- LABOV, W. *Principles of Linguistic Change: internal factors*. Oxford: Black Well, 1994. Vol. 1.
- MAIA, C. História do galego-português – Estudo lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o século XIII ao século XVI (com referência à situação do galego moderno). Coimbra: I.N.J.C., Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- MATTOS E SILVA, R. *O português arcaico: fonologia*. São Paulo/Bahia: Contexto/UFBA, 1991.
- MILROY, L. *Language and Social Networks*. Oxford: Black Well, 1987.
- NARO, A. H. *Estudos diacrônicos*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- OLIVEIRA, M. A. de. O léxico como controlador das mudanças sonoras. *Revista de Estudos da Linguagem*, FALE/UFMG, Belo Horizonte, 1995.
- OLIVEIRA, M. A. de. Aspectos da difusão lexical. *Revista de Estudos da Linguagem*, FALE/UFMG, Belo Horizonte, p. 31-41, 1992.
- OLIVEIRA, M. A. de. The neogrammarian controversy revisited. *International Journal of the Sociology of Language*, Berlin, v. 89, 1991.
- PAUL, H. *Princípios fundamentais da história da língua*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1966.
- PHILLIPS, B. S. Lexical Diffusion is *not* lexical analogy. *Word*, 49 (3), p. 369-381, 1998.
- PHILLIPS, B. S. Word frequency and the actuation of sound change. *Language* 60 (2), p.320-342, 1984.
- TAVARES, J. P. *Antologia de textos medievais - selecção, introdução e notas*. 2. ed. Lisboa: Livraria Sá da Costa ed., 1961.
- TEYSSIER, P. *História da língua portuguesa*. Trad. Celso Cunha. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- VIEGAS, Maria do Carmo. Evidências em favor de um léxico com armazenamento exemplar. (Inédito)
- VIEGAS, M. do C.. O alçamento de vogais médias pretônicas e as conseqüências de diferentes recortes na amostragem. In: *Anais do II Seminário Internacional de Fonologia*. Porto Alegre: PUC-RS. (No prelo)
- VIEGAS, M. do C. *O alçamento das vogais médias pretônicas e os itens lexicais*. 2001. Tese (Doutorado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte.

VIEGAS, M. do C. *Alçamento de vogais médias pretônicas: uma abordagem sociolingüística*. 1987. Dissertação (Mestrado em Estudos Lingüísticos) – Faculdade de Letras da UFMG, Belo Horizonte.

WANG, W.S.-Y; LIEN, C. Bidirectional diffusion in sound change. In: *Historical Linguistics: problems and perspectives*. Londres: Longman, 1993.

WANG, W.S.-Y.; CHENG, C.C. Implementation of Phonological Change: the Shuang-feng Chinese Case. In: WANG, W. S-Y (Ed.). *The lexicon in phonological change*. The Hague: Mouton, 1977.

WILLIAMS, E. B. *Do latim ao português*, fonologia e morfologia históricas da Língua Portuguesa. Trad. Antônio Houaiss. 3. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.